

ODETE MEDAUAR

DIREITO ADMINISTRATIVO MODERNO

23ª edição revista e atualizada

Belo Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

© Editora Revista dos Tribunais: 1ª edição: 1996 – 2ª edição: 1998 – 3ª edição: 1999 – 4ª edição: 2000 – 5ª edição: 2001 – 6ª edição: 2002 – 7ª edição: 2003 – 8ª edição: 2004 – 9ª edição: 2005 – 10ª edição: 2006 – 11ª edição: 2007 – 12ª edição: 2008 – 13ª edição: 2009 – 14ª edição: 1ª tiragem: janeiro de 2010; 2ª tiragem: julho de 2010 – 15ª edição: 2011; – 16ª edição: 2012; – 17ª edição: 2013; – 18ª edição: 2014 – 19ª edição: 2015 – 20ª edição: 2016.

© 2018 Editora Fórum Ltda. 21ª edição
2020 22ª edição
2023 23ª edição

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editoraforum@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

M488d	Medauar, Odete
	Direito Administrativo Moderno/ Odete Medauar. 23. ed. rev. e atual. – Belo Horizonte : Fórum, 2023. 456p.; 17x24cm ISBN: 978-65-5518-482-2
	1. Direito Administrativo. 2. Ciência da Administração. 3. Direito Urbanístico. I. Título.
	CDD 341.3 CDU 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. 23. ed. rev., e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 456p. ISBN 978-65-5518-482-2.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 23ª EDIÇÃO ODETE MEDAUAR	19
APRESENTAÇÃO À 22ª EDIÇÃO ODETE MEDAUAR	21
APRESENTAÇÃO À 21ª EDIÇÃO ODETE MEDAUAR	23
APRESENTAÇÃO À 1ª EDIÇÃO	25
CAPÍTULO 1	
PREMISSAS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DO ESTUDO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	27
1.1 Estado e direito administrativo	27
1.2 Estado democrático	28
1.3 Estado de direito.....	29
1.4 Estado social.....	29
1.5 Estado e sociedade	29
1.6 Separação de poderes	30
1.7 Administração Pública e reforma administrativa	31
Bibliografia	32
CAPÍTULO 2	
O DIREITO ADMINISTRATIVO.....	33
2.1 Conceito e objeto	33
2.2 Origem e desenvolvimento.....	34
2.3 O direito administrativo nos ordenamentos anglo-saxônicos.....	35
2.4 Primórdios do direito administrativo no Brasil	36
2.5 Características gerais do direito administrativo.....	37
2.6 O direito administrativo e outros ramos do direito	38
2.7 Direito administrativo e ciência da Administração Pública	39
2.8 Formas de expressão do direito administrativo.....	40
Bibliografia	42

CAPÍTULO 3

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NOÇÕES BÁSICAS.....	45
3.1 Conceito de Administração Pública	45
3.2 Administração, legislação e jurisdição	46
3.3 Administração e governo.....	47
3.4 Administração e Constituição.....	48
3.5 Administração no Estado Federal	48
3.6 Personalidade jurídica e Administração Pública	49
3.7 Estrutura fundamental da Administração no Brasil.....	50
3.8 Desconcentração administrativa	51
3.9 Órgãos públicos: conceito e classificação	52
3.10 Hierarquia	55
3.10.1 Delegação de competência.....	56
3.10.2 Avocação.....	57
3.11 Descentralização administrativa	57
Bibliografia	59

CAPÍTULO 4

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	61
4.1 Conceito	61
4.2 Estrutura básica da Administração direta federal.....	62
4.3 Presidência da República	62
4.4 Ministérios	62
4.5 Estrutura básica da Administração direta estadual.....	63
4.6 Estrutura básica da Administração direta municipal.....	64
4.7 Administração do Distrito Federal.....	64
4.8 Órgãos com situação peculiar	64
Bibliografia	65

CAPÍTULO 5

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	67
5.1 Conceito	67
5.2 Autarquias.....	70
5.2.1 Noção	70
5.2.2 Regime jurídico	71
5.2.3 Controles.....	72
5.2.4 Autarquias especiais.....	73
5.2.4.1 Autarquias universitárias	73
5.2.4.2 Agências reguladoras	74
5.2.5 Autarquia qualificada como agência executiva.....	80
5.3 Fundações públicas.....	80
5.3.1 A fundação no direito civil.....	80

5.3.2	Controvérsias sobre as fundações instituídas pelo poder público	81
5.3.3	Evolução do tratamento legal	83
5.3.4	Noção de fundação pública	83
5.3.5	Regime jurídico	85
5.3.6	Controles.....	85
5.3.7	Fundações universitárias.....	86
5.3.8	Fundação qualificada como agência executiva.....	87
5.4	Empresas públicas.....	87
5.4.1	As chamadas “estatais”	87
5.4.2	Noção de empresa pública.....	89
5.4.3	Regime jurídico das empresas públicas	90
5.5	Sociedades de economia mista.....	94
5.5.1	Regime jurídico das sociedades de economia mista	95
5.6	Estatais e privatização	95
5.7	Entes com situação peculiar	97
5.7.1	Ordens e conselhos profissionais	97
5.7.2	Fundações de apoio.....	98
5.7.3	Empresas controladas pelo poder público.....	99
5.7.4	Serviços sociais autônomos	99
5.7.5	Terceiro setor parceiro.....	100
5.7.5.1	Organizações sociais	100
5.7.5.2	Organizações da sociedade civil de interesse público.....	102
5.7.5.3	Organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação com a Administração	104
	Bibliografia	106

CAPÍTULO 6

	ATIVIDADES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	109
6.1	Multiplicidade de atuações.....	109
6.2	Tipologia das atividades administrativas.....	109
6.3	Poder e função no âmbito administrativo.....	112
6.4	Poder vinculado	113
6.5	Poder discricionário.....	114
6.5.1	Terminologia.....	114
6.5.2	Evolução conceitual.....	115
6.5.3	Conotação atual do poder discricionário	115
6.5.4	Poder discricionário e mérito administrativo.....	116
6.5.5	Justificativa do poder discricionário	117
6.5.6	Campos de exercício do poder discricionário	117
6.5.7	Parâmetros do poder discricionário.....	118
6.5.8	Poder discricionário e conceitos jurídicos indeterminados	119
6.6	Poder regulamentar	120

6.7	Poder normativo.....	121
6.8	Poder hierárquico	121
6.9	Poder disciplinar	121
	Bibliografia	123

CAPÍTULO 7

	PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	125
7.1	Noção	125
7.2	Relevância dos princípios	125
7.3	Tipologia.....	126
7.4	Princípio da legalidade.....	126
7.4.1	Aspectos genéricos.....	126
7.4.2	Significado operacional	127
7.5	Princípio da impessoalidade	128
7.6	Princípio da moralidade administrativa	129
7.6.1	A chamada Lei Anticorrupção.....	130
7.6.1.1	<i>Compliance</i>	133
7.7	Princípio da publicidade	133
7.7.1	Proteção de dados pessoais.....	135
7.8	Princípio da eficiência	136
7.9	Princípio do atendimento do interesse público ou princípio da finalidade	137
7.9.1	O ultrapassado princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular	137
7.10	Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	138
7.11	Princípio da proporcionalidade	138
7.12	Princípio da continuidade	139
7.13	Princípio da presunção de legalidade e veracidade	139
7.14	Princípio da autoexecutoriedade	140
7.15	Princípio da autotutela administrativa.....	140
7.16	Princípio da segurança jurídica	140
7.16.1	Segurança jurídica e os novos dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB.....	141
	Bibliografia	142

CAPÍTULO 8

	ATO ADMINISTRATIVO	145
8.1	Ato administrativo e Estado de direito.....	145
8.2	Conceito de ato administrativo.....	145
8.3	Elementos	146
8.3.1	Terminologia e elenco.....	146
8.3.2	Agente competente	147
8.3.3	Objeto	147

8.3.4	Forma	148
8.3.5	Motivo	148
8.3.6	Fim.....	149
8.3.6.1	Interesse público.....	149
8.4	Perfeição, vigência, validade e eficácia	150
8.4.1	Retroatividade e irretroatividade	151
8.5	Notas peculiares.....	152
8.6	Tipologia.....	152
8.6.1	Critério do objeto.....	153
8.6.2	Critério da forma de expressão.....	153
8.6.3	Critério da margem de escolha	157
8.6.4	Critério do âmbito de repercussão	158
8.6.5	Critério dos destinatários	158
8.6.6	Critério do número de manifestações para a formação do ato.....	158
8.7	Legalidade e mérito do ato administrativo.....	159
8.8	Ato de governo	159
8.9	“Não ato”: silêncio, omissão	160
8.10	Defeitos do ato administrativo.....	160
8.10.1	Incompetência.....	160
8.10.2	Ilegalidade do objeto.....	161
8.10.3	Defeito de forma.....	161
8.10.4	Defeito de motivo	161
8.10.5	Defeito do fim	162
8.11	Desfazimento do ato administrativo.....	162
8.11.1	A questão das nulidades em matéria de ato administrativo.....	162
8.11.2	Os principais meios de desfazimento	164
8.11.3	Anulação do ato administrativo	165
8.11.4	Revogação do ato administrativo	167
8.11.5	Cassação.....	168
8.12	Preservação do ato administrativo.....	168
8.12.1	Convalidação.....	168
8.12.2	Ratificação	168
8.12.3	Conversão	169
8.13	Os novos preceitos da LINDB e o ato administrativo	169
	Bibliografia	170

CAPÍTULO 9

	PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	171
9.1	A processualidade ampla.....	171
9.2	Processo ou procedimento administrativo.....	172
9.3	Finalidades do processo administrativo	173
9.3.1	Garantia	173

9.3.2	Melhor conteúdo das decisões	173
9.3.3	Legitimação do poder	173
9.3.4	Correto desempenho da função.....	174
9.3.5	Justiça na Administração.....	174
9.3.6	Aproximação entre Administração e cidadãos	174
9.3.7	Sistematização de atuações administrativas	174
9.3.8	Facilitar o controle da Administração	174
9.4	O processo administrativo no rol dos direitos e garantias fundamentais.....	175
9.4.1	Litigantes em processo administrativo	175
9.4.2	Acusados no âmbito administrativo.....	175
9.5	O devido processo legal no âmbito administrativo.....	176
9.6	Princípios do processo administrativo.....	176
9.6.1	O princípio do contraditório.....	176
9.6.2	O princípio da ampla defesa.....	177
9.6.3	O princípio da razoável duração do processo	179
9.6.4	O princípio da oficialidade	179
9.6.5	O princípio da verdade material.....	180
9.6.6	O princípio do formalismo moderado	180
9.7	Tipologia do processo administrativo	181
9.8	Fases do processo administrativo.....	181
9.9	Jurisprudência	182
9.10	Codificação do processo administrativo – A Lei 9.784/99	183
	Bibliografia	186

CAPÍTULO 10

LICITAÇÃO	189	
10.1	Conceito	189
10.2	Legislação básica	189
10.3	Incidência	190
10.4	Observações preliminares: inovações e comparações	191
10.5	Princípios.....	192
10.6	Aspectos gerais do processo licitatório	194
10.7	Modalidades.....	197
10.7.1	Pregão.....	197
10.7.2	Concorrência	197
10.7.3	Concurso.....	198
10.7.4	Leilão.....	198
10.7.5	Diálogo competitivo	198
10.8	Fases do processo licitatório	199
10.8.1	Fase preparatória.....	200
10.8.2	Divulgação do edital de licitação.....	201
10.8.3	Apresentação de propostas e lances.....	202

10.8.4	Julgamento	202
10.8.5	Habilitação	204
10.8.6	Recursal	205
10.8.7	Homologação	206
10.9	Contratação direta.....	206
10.9.1	Inexigibilidade	206
10.9.2	Dispensa	207
10.10	Instrumentos auxiliares.....	211
10.10.1	Credenciamento	211
10.10.2	Pré-qualificação	211
10.10.3	Procedimento de manifestação de interesse.....	212
10.10.4	Sistema de registro de preços	212
10.10.5	Registro cadastral.....	213
10.11	Nulidades da licitação	214
10.12	Irregularidades.....	214
	Bibliografia	214

CAPÍTULO 11

	CONTRATOS CELEBRADOS PELA ADMINISTRAÇÃO	215
11.1	Considerações preliminares	215
11.2	Tipologia	216
11.3	Legislação básica	216
11.4	Incidência	217
11.5	Contratos sujeitos à Lei nº 14.133/2021	218
11.5.1	Contrato de compra	218
11.5.2	Contrato de obras	219
11.5.3	Contrato de serviços	219
11.5.4	Contrato de locação.....	220
11.6	Prerrogativas da Administração.....	220
11.6.1	Alteração unilateral e direito ao equilíbrio econômico-financeiro.....	221
11.6.2	Extinção unilateral do contrato.....	222
11.6.3	Fiscalização da execução	222
11.6.4	Aplicação de sanções ante inexecução total ou parcial	222
11.6.5	Ocupação provisória de bens e utilização de pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato.....	223
11.7	Formalização	223
11.8	Garantias	224
11.9	Alocação de riscos.....	225
11.10	Duração do contrato	226
11.11	Outros aspectos da execução.....	227
11.12	Alteração dos contratos e dos preços	228
11.13	Recebimento do objeto	230

11.14	Extinção dos contratos	230
11.15	Pagamento.....	232
11.16	Nulidade dos contratos	233
11.17	Meios alternativos de resolução de controvérsias.....	233
11.18	Infrações e sanções administrativas	234
11.19	Impugnações, pedidos de esclarecimento e recursos	236
11.20	Controle das contratações.....	236
11.21	Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.....	238
11.22	Novas figuras contratuais.....	238
11.22.1	Convênios e consórcios – Aspectos gerais	239
11.22.1.1	Convênios.....	239
11.22.1.2	Consórcios.....	243
11.22.2	Outras figuras	244
	Bibliografia	246

CAPÍTULO 12

BENS PÚBLICOS.....	247	
12.1	Introdução ao tema	247
12.2	Terminologia.....	247
12.3	Síntese histórica.....	248
12.4	Conceito	249
12.5	Tipologia.....	249
12.5.1	Critério da natureza.....	249
12.5.2	Critério dos aspectos geográficos	249
12.5.3	Critério dos titulares.....	250
12.5.4	Critério da destinação	251
12.6	Afetação e desafetação	253
12.7	Regime jurídico geral.....	253
12.8	Uso de bens públicos por particulares	256
12.8.1	Regime jurídico	256
12.8.2	Instrumentos: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso, outros instrumentos	257
12.9	Aquisição de bens públicos	260
12.10	Alienação de bens públicos	262
12.11	Notas a respeito de alguns bens públicos	265
12.11.1	Terras devolutas.....	265
12.11.2	Terrenos de marinha.....	266
12.11.3	Terrenos marginais ou reservados	267
12.11.4	Terras indígenas	267
12.11.5	Ilhas	268
	Bibliografia	268

CAPÍTULO 13

SERVIDORES PÚBLICOS	271
13.1 Introdução ao tema	271
13.2 Legislação.....	271
13.3 Terminologia	272
13.4 Tipos de vínculo de trabalho: funções, cargos e empregos.....	273
13.4.1 Noção	274
13.4.2 Acessibilidade	274
13.5 Cargos públicos	276
13.5.1 Noção	276
13.5.2 Tipologia.....	277
13.5.3 Vacância.....	279
13.5.4 Provimento.....	279
13.6 Regime jurídico	281
13.6.1 Regime estatutário.....	281
13.6.2 Regime celetista.....	282
13.6.3 Regime especial.....	282
13.7 Principais normas do regime estatutário	283
13.7.1 Vencimento, remuneração e subsídio	283
13.7.1.1 Natureza	284
13.7.1.2 Fixação e revisão.....	284
13.7.1.3 Irredutibilidade	285
13.7.1.4 Limite de remuneração.....	285
13.7.1.5 Vantagens	287
13.7.2 Direito à permanência no cargo: estabilidade e vitaliciedade	288
13.7.3 Acumulação de cargos	289
13.7.4 Exercício de mandato eletivo.....	290
13.7.5 Férias e décimo terceiro salário	290
13.7.6 Licenças.....	291
13.7.7 Direito de greve.....	291
13.7.8 Sindicalização	292
13.7.9 Aposentadoria e pensão.....	293
13.7.9.1 Legislação básica	293
13.7.9.2 O atual regime de aposentadoria para os ocupantes de cargos efetivos	294
13.7.9.3 Aposentadoria de ocupantes de cargos em comissão, de funções temporárias e celetistas.....	298
13.7.9.4 Regime de previdência complementar	299
13.7.9.5 Acumulação de proventos ou de proventos com outra retribuição de atividade.....	300
13.7.9.6 Regras de transição	300
13.7.9.6.1 Situação de quem preencheu todos os requisitos para se aposentar pelo regime anterior.....	301
13.7.9.6.2 Situação de quem já é aposentado	301

13.7.9.7	Pensões.....	301
13.7.10	Deveres	302
13.8	Responsabilidade dos servidores	304
13.8.1	Responsabilidade criminal.....	305
13.8.2	Responsabilidade civil	306
13.8.3	Responsabilidade administrativa.....	306
13.8.3.1	Responsabilidade fiscal.....	307
13.9	Poder disciplinar	307
13.10	Regime disciplinar.....	308
13.10.1	Competência legal.....	308
13.10.2	Vinculação ao exercício do cargo, função ou emprego	308
13.10.3	Legalidade das infrações.....	308
13.10.4	Legalidade das sanções	310
13.10.5	Prescritibilidade	311
13.10.6	Motivação.....	311
13.11	Processo administrativo disciplinar	311
13.11.1	Noção e terminologia	311
13.11.2	Comissões processantes.....	312
13.11.3	Sindicância	312
13.11.4	Processo disciplinar <i>stricto sensu</i> : fases, recurso e revisão	313
13.12	Repercussão da sentença penal no processo administrativo disciplinar	315
	Bibliografia	316

CAPÍTULO 14

SERVIÇO PÚBLICO	317
14.1 Terminologia.....	317
14.2 Caracterização.....	317
14.3 Princípios diretores.....	319
14.4 Tipologia.....	320
14.5 Modos de prestação	321
14.6 Concessão de serviço público.....	321
14.6.1 Conceito legal e características.....	322
14.6.2 Concessão de serviço precedida de obra pública.....	323
14.6.3 Outros tipos de concessão	323
14.6.4 Aplicabilidade da Lei nº 8.987/95	324
14.6.5 Motivação da outorga de concessão ou permissão.....	324
14.6.6 Serviço adequado.....	324
14.6.7 Direitos e deveres dos usuários	325
14.6.8 Política tarifária	325
14.6.9 Licitação.....	326
14.6.10 Contrato de concessão	327

14.6.11	Encargos do concedente.....	328
14.6.12	Encargos da concessionária.....	328
14.6.13	Intervenção.....	328
14.6.14	Extinção da concessão.....	329
14.7	Permissão e autorização de serviço público.....	329
14.8	Arrendamento e franquia.....	331
14.9	Parceria público-privada.....	331
14.10	Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.....	333
	Bibliografia.....	334

CAPÍTULO 15

PODER DE POLÍCIA.....	337	
15.1	Introdução ao tema.....	337
15.2	Síntese evolutiva.....	337
15.3	Crítica à noção. Contestação à crítica.....	338
15.4	Caracterização do poder de polícia.....	339
15.5	Polícia administrativa e polícia judiciária.....	340
15.6	Fundamentos e finalidades.....	340
15.7	Regime jurídico geral.....	341
15.8	Campos de atuação.....	342
15.9	Manifestações do poder de polícia.....	342
15.10	Limites.....	343
15.11	Sanções decorrentes do poder de polícia.....	344
15.12	Prescrição da ação punitiva da Administração Federal.....	344
15.13	Extensão excepcional do poder de polícia.....	345
15.14	Particulares no exercício do poder de polícia?.....	345
	Bibliografia.....	345

CAPÍTULO 16

LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE.....	347	
16.1	Introdução ao tema.....	347
16.2	Noção e objetivo.....	347
16.3	Restrições administrativas em geral.....	348
16.4	Tombamento.....	348
16.5	Ocupação temporária.....	350
16.6	Requisição.....	351
16.7	Servidão administrativa.....	351
16.8	Desapropriação.....	352
16.8.1	Noção.....	352
16.8.2	Legislação.....	353
16.8.3	Fundamento.....	355
16.8.4	Requisitos constitucionais da indenização.....	356

16.8.5	Bens expropriáveis.....	358
16.8.6	Competência	360
16.8.7	A declaração expropriatória e seus efeitos.....	360
16.8.8	Desapropriação por acordo.....	361
16.8.9	Ação expropriatória: juízo competente, petição inicial e contestação	362
16.8.10	Ação expropriatória: imissão provisória na posse	362
16.8.11	Ação expropriatória: perícia, sentença e recursos	363
16.8.12	Desistência da desapropriação.....	364
16.8.13	Destinação dos bens expropriados e retrocessão.....	364
16.8.14	Desapropriação indireta ou arrendamento administrativo.....	367
	Bibliografia	368

CAPÍTULO 17

	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	369
17.1	Introdução ao tema	369
17.2	Síntese evolutiva.....	369
17.3	A responsabilidade objetiva	370
17.4	A responsabilidade objetiva na legislação brasileira.....	371
17.5	O §6º do art. 37 da CF	372
17.6	A reparação do dano.....	374
17.7	Causas de exclusão total ou parcial da responsabilidade	375
17.8	Panorama dos casos de responsabilidade	376
17.9	Responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais	376
17.10	Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos	377
	Bibliografia	377

CAPÍTULO 18

	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	379
18.1	Controle, democracia e corrupção.....	379
18.2	Tipologia.....	380
18.2.1	Controles e os novos preceitos da LINDB	380
18.3	Controles internos	381
18.3.1	Recursos administrativos	381
18.3.2	Autocontrole	386
18.3.3	Controle hierárquico.....	387
18.3.4	Controle de gestão.....	387
18.3.5	Inspeção, auditoria e correição.....	388
18.3.6	Supervisão.....	388
18.3.7	Pareceres vinculantes	388
18.3.8	Ouvidor.....	389
18.3.9	Controle financeiro	389
18.3.10	Controle da Administração indireta.....	389

18.4	Controle parlamentar	390
18.5	Controle do Tribunal de Contas.....	392
18.6	Controle da Administração pelo <i>ombudsman</i>	394
18.7	Controle jurisdicional da Administração.....	394
18.7.1	Sistemas de controle jurisdicional	395
18.7.2	O princípio da inafastabilidade do controle do Poder Judiciário.....	395
18.7.3	Inexigência de esgotamento da via administrativa.....	395
18.7.4	Alcance do controle jurisdicional	397
18.7.5	Consequências do controle jurisdicional	399
18.7.6	A Administração em juízo.....	399
18.7.7	Meios jurisdicionais de oposição à Administração	407
18.7.8	Mandado de segurança individual e coletivo	408
18.7.8.1	Mandado de segurança coletivo	414
18.7.9	Ação popular.....	415
18.7.10	Ação civil pública.....	417
18.7.11	<i>Habeas data</i>	418
18.7.12	Ação de improbidade administrativa	420
18.8	Meios consensuais de resolução de litígios envolvendo a Administração.....	426
	Bibliografia	427
BIBLIOGRAFIA.....		429
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....		439